



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

A C Ó R D Ã O Nº405

Feito : Processo Nº711/91-TCE/ACRE

Relator: Conselheiro HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

Assunto: Contratos de Prestação de Serviços firmados entre a Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE e Maria Costa de Lima e outros.

Contratos de Prestação de Serviços de
Nºs 24/90, 25/90 e 26/90.

Contratos com prazo determinado.

Efetivação dos contratados decorrido o
prazo provisório

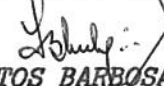
Ilegalidade

Infrigência ao Decreto-Lei Nº2300/86 e
a Lei Nº4320/64, além de ferir o Dispos-
to no Art. 37, II da C.F. e 27, II da
C.E.

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Processo Nº711/91**, supra mencio-
nado, **A C O R D A M** à unanimidade, os Membros do Tribunal de Contas do Estado do
Acre, acolher o voto do Conselheiro Relator, parte integrante deste aresto, que vo-
tou, acompanhando entendimento mantido no Tribunal de Contas da União, que reconhece
a obrigatoriedade de realização de concurso público para admissão de pessoal da
administração indireta, à luz do Art. 37, II, da **Constituição Federal**, para conside-
rar **irregulares** e, conseqüentemente, nulos, as contratações, em caráter permanente,
de **Maria Costa de Lima, Glória Maria de Oliveira Melo e Josimar Ferreira do Nascimento**,
assinalando o prazo máximo de 30(trinta) dias ao Diretor-Presidente da SANACRE,
para conhecimento da decisão e adoção das medidas saneadoras. Remetendo-se expedien-
te representação aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo a fim de que adotem
providências para coibir a contratação de Pessoal em descumprimento a Lei e que, o
Governo do Estado, na condição de acionista majoritário, faça obedecer os Artigos 37,
II e 27, II, das **Constituições Federal e Estadual**. De tudo cientificando-se este Tri-
bunal.-----

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Acre.

Rio Branco, 03 de junho de 1993.


Cons. ISNARD BASTOS BARBOSA LEITE
Presidente


Cons. HÉLIO SARAIVA DE FREITAS
Relator

Fui presente:



A C O R D A M E N T O

Relato: Processo Nº 11.191-TC/ACRE
Relato: Conselheiro HÉLIO SARAIVÁ DE FREITAS
Assunto: Contratos de Prestação de Serviços Financeiros emitidos pelo Banco do Estado do Acre - SANEACRE e Monte Corvo em 1982.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Esta decisão foi publicada no
DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO Nº 6055

d 23 / 06 / 93

Aruta
Secretária do Plenário

Cons. ISNARD BASTOS RABELO JETTE

Presidente

Cons. HÉLIO SARAIVÁ DE FREITAS

Relator

Fui presente:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

PROCESSO Nº 711/91

ASSUNTO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FIRMADOS ENTRE A COMPANHIA DE SANEAMENTO DO ESTADO DO ACRE - SANACRE, MARIA COSTA DE LIMA E OUTROS

RELATOR: CONSELHEIRO HÉLIO SARAIVA DE FREITAS

RELATÓRIO

Trata o presente processo de 03 (três) contratos de prestação de serviços, de nº 24/90, 25/90 e 26/90, celebrados entre a Companhia de Saneamento do Estado do Acre -- SANACRE e pessoas físicas, pelo prazo de noventa dias, com pagamento mensal.

Os técnicos designados para a Inspeção Ordinária apresentaram o relatório de fls. 31/33, informando:

- que as pessoas contratadas provisoriamente, todas foram posteriormente efetivadas;

- o procedimento da contratação está em desacordo com o preceituado no art. 37, II da Constituição Federal.

Às fls. 40/53, o parecer jurídico do Bel. Antônio Urcezino de Castro Filho.

O MPE, manifestou-se através do parecer nº 387, de 18.01.93, ressaltando que a SANACRE infringiu o Decreto Lei 2.300/86 e a Lei 4.320/64, além de, ferir o disposto no art. 37, II da Constituição Federal.

Pelo ofício nº 01/93, de 31 de março de 1993, foi notificado o Diretor Presidente Carlos Ailton Magalhães Santana de Souza para, querendo, apresentarem defesa no prazo de quinze (15) dias, a respeito das irregularidades apontadas, fl. 60.

Em tempo hábil, o Diretor Presidente da Sanacre apresentou sua defesa, fls. 61/72.

É o relatório.

Rio Branco 31 de maio de 1993.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

CONCLUSÃO E VOTO

Vistos, analisados e relatados os presentes autos, atinentes a contratos celebrados pela Companhia de Saneamento do Estado do Acre - SANACRE - com pessoas físicas, para prestação de serviços por tempo determinado e, que, posteriormente, foram contratadas em caráter permanente, contrariando frontalmente o inciso II, do art. 37, da Constituição Federal vigente, passo a tecer considerações sobre a infração supramencionada.

A obrigatoriedade de prévia aprovação em concurso público, para contratação de pessoal nas entidades da administração indireta, incluídas nessa abrangência as autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, é determinação constitucional, cujo objetivo é freiar a admissão desordenada de pessoal, atendendo única e exclusivamente a critérios políticos, resultando no caos administrativo, produzindo déficit público, tolindo o Estado e as Empresas de aplicarem recursos em planos que visem o desenvolvimento.

Em assim sendo, voto, acompanhando o entendimento do Tribunal de Contas da União no Acórdão nº 236/92, de 13.05.92, que reconhece a obrigatoriedade de realização de concurso público para admissão de pessoal da administração indireta, à luz do art. 37, II, da Constituição Federal, considerando irregulares e conseqüentemente nulas as contratações, em caráter permanente de MARIA COSTA DE LIMA, GLÓRIA MARIA DE OLIVEIRA MELO e JOSIMAR FERREIRA DO NASCIMENTO.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE

Assinalando-se o prazo máximo de 30 (trinta) dias, para que o Diretor Presidente da SANACRE tome conhecimento da decisão e adote as medidas saneadoras. Remetendo-se Expediente Representação aos Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo, a fim de que adotem providências para coibir a contratação de pessoal em descumprimento à Lei, e que o Governo do Estado, na condição de Acionista Majoritário, ad referendum da Assembleia Geral, faça inserir nos estatutos das Empresas, a obrigatoriedade prevista nos arts. 37, II e 27, II, das Constituições Federal e Estadual, respectivamente.

É assim que voto.

SALA DAS SESSÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ACRE,
em Rio Branco-Acre, 03 de junho de 1993.

Hélio Saraiva de Freitas
Conselheiro Relator